

Vida e política: um olhar sobre a pandemia

Life and Politics. A Look at the Pandemic

Davi Maranhão De Conti*

Fecha de Recepción: 15/04/2021

Fecha de Aceptación: 18/06/2021

Resumen: *O risco de que o termo biopolítica se torne enigma se deve, em grande medida, ao fato de que esse conceito conjuga os termos vida e política, os quais, pensados conjuntamente, geram uma espécie de indefinição, que leva, por vezes, a priorizar o termo política em detrimento da noção de vida ou o contrário. A vida, dessa forma, acaba por oscilar entre a completa submissão ao poder político e a imposição de sua força sobre esse poder. Ao pensar a vida e a política como campos distintos, perde-se de vista sua imbricação. A vida não é apenas alvo do poder, mas também modelo de seu funcionamento. Compreender a noção de biopolítica em Foucault requer considerar a noção de vida que orienta suas elaborações acerca dessa modalidade de poder. Foucault não define a noção de vida, que se revela como um correlato de técnicas e estratégias de poder-saber. Uma breve apresentação acerca da noção de biopolítica em Foucault encaminha-nos para algumas considerações a respeito da pandemia atual.*

Palabras clave:

Biopolítica – vida – Foucault – biopoder – pandemia

Abstract:

The risk that the term biopolitics faces of becoming an enigma is largely due to the fact that this concept combines the terms life and politics, which, taken together, generate a kind of vagueness, which sometimes leads to prioritizing the term politics to the detriment of the notion of life or the other way around. Life, therefore, ends up oscillating between complete submission to political power and the imposition of its strength over that power. If one thinks of life and politics as distinct fields, their overlap is lost sight of life is not only a target of power, but also a model

* Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharel em Filosofia pela UFG e em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUFG). Correo electrónico: decontidavi@gmail.com

of its functioning. Understanding the notion of biopolitics in Foucault requires considering the notion of life that guides his elaborations about this modality of power. Foucault does not define the notion of life, which reveals itself as a correlate of techniques and strategies of power-knowledge. A brief introduction to Foucault's notion of biopolitics leads us to some hypotheses about the current pandemic.

Keywords: *Biopolitics – Life – Foucault – Biopower – Pandemic*

Desde que Foucault formulou sua interpretação do conceito de biopolítica, os termos vida e política, que nele se conjugam,¹ tornaram-se categorias centrais para o debate filosófico acerca da política contemporânea. A multiplicidade semântica da noção de biopolítica, de que deriva o risco de que o termo se torne enigma (Esposito, 2017; Cutro, 2005; Bazzicalupo 2010; Lemke, 2011), deve-se justamente à junção desses termos, a qual abre espaço a ampla gama de interpretações. Neste texto, após breve apresentação da questão biopolítica sob a perspectiva de Foucault, utilizando as ferramentas conceituais oferecidas por esse autor, formulamos uma análise a respeito da pandemia atual.

Apesar de haver ganhado destaque no debate político-filosófico a partir da interpretação de Foucault, o conceito de biopolítica não é um neologismo foucaultiano. O termo surge na Europa continental e remonta ao início do século XX. É a leitura foucaultiana desse conceito, entretanto, que se alça ao centro do debate político-filosófico contemporâneo. No último capítulo do primeiro volume de *História da sexualidade*, bem como nos cursos realizados no *Collège de France* entre 1977 e 1979, Foucault apresenta-nos sua definição desse termo. A biopolítica, para ele, é um dos polos de uma racionalidade de poder bipolar, composta por uma biopolítica e uma anatomopolítica.

Essa racionalidade de poder bipolar, denominada biopoder, veria surgir seu

¹ O termo biopolítica é, afinal, a junção do prefixo *bio*, de origem grega (*βίος*), que significa vida, com o termo política.

primeiro polo – o poder disciplinar –, ainda no século XVI, na aurora do Renascimento. *Surveiller et punir* (1975), uma das obras mais populares de Foucault, volta-se para a investigação dessa modalidade de poder. Antes disso, já no curso *Le pouvoir psychiatrique*, que se realiza no *Collège de France* entre 1973 e 1974, Foucault encarrega-se de esclarecer as características desse tipo de poder. Trata-se de uma forma capilar do poder, que se volta para o indivíduo, para o “crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade” (Foucault, 2017, p. 150). É uma modalidade de poder mediante a qual o poder político e os poderes em geral logram tocar os corpos, vincular-se a eles, considerar os gestos, os comportamentos, os hábitos, as palavras.

O poder que emerge das disciplinas é pragmático, tanto em sua gênese quanto em seus procedimentos. A repartição dos indivíduos no espaço, sua constante vigilância e, finalmente, a constituição de um arquivo sobre cada um deles são algumas das constantes do poder disciplinar. Como observa Foucault:

O momento histórico das disciplinas é quando nasce uma arte do corpo humano, que não visa apenas o desenvolvimento de suas capacidades, nem o aprofundamento de sua sujeição, mas a formação de uma relação que, no mesmo mecanismo, o torna tanto mais obediente quanto mais útil e inversamente. (2013, p. 208).

A singularidade desse poder não deriva apenas do fato de que se volte para o corpo. Afinal, como observa Foucault, “o que há de essencial em todo poder é que seu ponto de aplicação é sempre, em última instância, o corpo” (2006, pp. 18-19). O que realmente distingue o poder disciplinar é que ele busca controlar os corpos de maneira metódica e exaustiva, para produzir indivíduos em que prospere uma relação proporcional entre utilidade e docilidade, de modo que um acréscimo na utilidade corresponda a um acréscimo na docilidade e vice-versa. Desse modo, não apenas se associa a utilidade a um aumento das habilidades e aptidões dos corpos, como também se impossibilita que um aumento das aptidões proporcione qualquer ampliação da resistência ao poder

disciplinar.

As disciplinas caracterizam-se por sua mobilidade, alcançam as escolas, os hospitais, as fábricas, qualquer ambiente fechado que permita a gestão dos indivíduos no espaço, sua repartição, sua identificação. Esse poder inaugura a era da ortopedia social, da vigilância e da correção. Foucault identifica o indivíduo com uma construção do poder disciplinar, o indivíduo seria um resultado dessa forma de poder. Como explica o filósofo:

A disciplina “fabrica” indivíduos; é a técnica específica de um poder que vê os indivíduos como objetos e instrumentos do seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir do seu próprio excesso, pode confiar na sua onipotência; é um poder modesto, desconfiado, que funciona no modo de uma economia calculada, mas permanente. (2013, p. 249).

Em *Surveiller et punir*, além de considerar atentamente o Panóptico de Bentham – “lugar de enclausuramento onde os princípios de visibilidade total, de decomposição das massas em unidades e de sua reordenação complexa segundo uma hierarquia rigorosa permitem submeter cada indivíduo a uma verdadeira economia do poder” (Revel, 2005, p. 36) –, que é apresentado como paradigma do modelo de gestão disciplinar, Foucault (2013, pp. 304-305) refere-se à obra *Leçons sur le prison*, de Nicolaus Heinrich Julius. Julius define a arquitetura da sociedade disciplinar, em oposição ao modelo antigo e medieval da “arquitetura do espetáculo”, como “arquitetura da vigilância”. Ele associa essa mudança não apenas à arquitetura, mas também a um acontecimento na “história do espírito humano”. Se, na Antiguidade, buscava-se permitir que uma multidão observasse uma minoria de homens e de objetos, na época moderna, da disciplina, trata-se do inverso, almeja-se possibilitar que um pequeno grupo ou mesmo apenas um indivíduo possa observar a grande multidão.

Ao lado dessa “arte do corpo humano”, junto a essa “anatomia política do detalhe” que é o dispositivo disciplinar, Foucault começaria a esboçar, ainda em

Surveiller et Punir, a ideia de uma “biopolítica da população”, à qual se voltaria mais atentamente em *La volonté de savoir*. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem, portanto, os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. Na segunda metade do século dezoito, à “anatomopolítica do corpo humano” acrescentar-se-ia o segundo polo do biopoder, o qual se concentra no “corpo-espécie, no corpo trespassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos” (Foucault, 2017, p. 150). O braço biopolítico desse poder bidirecional, volta-se não para os corpos dos indivíduos, mas para o corpo coletivo, para o corpo população.

Como nota Dianna Taylor, “esses dois níveis de poder estão necessariamente entrelaçados, uma vez que corpos compõem populações e populações são compostas de corpos individuais” (Taylor, 2018). A anatomopolítica, portanto, não é substituída por uma biopolítica, as duas modalidades de poder se articulam. O biopoder é um poder sobre a vida, e as vidas podem ser administradas individual ou coletivamente. Se o poder disciplinar se concentra no indivíduo, no incremento proporcional de sua utilidade e docilidade, a biopolítica se volta para a população e, como explica Foucault, “visa [...] não ao treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, a algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (Foucault, 2010, p. 209).²

A biopolítica busca entender e regular “os problemas da natalidade, da longevidade, da saúde pública, da habitação e da migração” (Foucault, 2017, p. 151). Concentra-se, dessa forma, sobre as múltiplas questões relativas à população, *i.e.*, “tudo que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público. [...] todo um campo de novas realidades [...] que são, para os

² De acordo com Thomas Lemke, “Foucault não imagina a população como uma entidade legal ou política (*e.g.*, a totalidade dos indivíduos), mas como uma entidade biológica independente: um ‘corpo social’ que é caracterizado por seus próprios processos e fenômenos, tais como taxas de natalidade e de mortalidade, estado de saúde, expectativa de vida e a produção de riqueza e sua circulação. A totalidade dos processos vitais em uma população é o alvo de uma ‘tecnologia de segurança’” (2011, p. 36, tradução nossa).

mecanismos de poder [...] o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir” (Foucault, 2008b, p. 99).

Deve-se distinguir, portanto, duas séries: “a série corpo-organismo-disciplina-instituições; e a série população-processos biológicos-mecanismos regulamentadores-Estado” (Foucault, 2010, p. 210). De um lado a “organodisciplina da instituição [...], de outro lado, a biorregulamentação do Estado” (Foucault, 2010, p. 210). Isso não quer dizer que essas duas modalidades de poder – o poder disciplinar e o poder biopolítico –, atuem separadamente, constituem, antes, um poder global. Como observa Foucault (2010, p. 210), não apenas o sistema disciplinar ultrapassa o âmbito institucional para alcançar o Estado, em aparelhos como, por exemplo, a polícia, que é simultaneamente um aparelho de disciplina e um aparelho de Estado, como também a regulação da população atua muitas vezes abaixo do nível estatal, por meio de uma série de instituições subestatais, como as instituições médicas.

Como nota Foucault, “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault, 2017, p. 150). O biopoder volta-se simultaneamente para o indivíduo e para a população, a qual constitui o elemento central da racionalidade biopolítica: “a biopolítica vai se dirigir [...] aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração” (Foucault, 2010, p. 207). Não se direciona para o indivíduo como a disciplina, mas para “os processos biológicos do homem-espécie” (2010, p. 207), de modo a alcançar “estados globais de equilíbrio, de regularidade” por meio de “mecanismos globais” de controle (2010, p. 207).

A relação entre essas duas racionalidades de poder – anatomopolítica e biopolítica –, evidencia-se no dispositivo da sexualidade. Segundo Edgardo Castro, “o sexo, ou melhor, a sexualidade, funciona como ponto de articulação entre anatomopolítica e biopolítica. O dispositivo de sexualidade [...] combina técnicas disciplinares com técnicas regulatórias” (Castro, 2011, p. 52, tradução nossa). Como observa Laura Bazzicalupo, “a sexualidade – dispositivo construído para governar as forças do ser vivente –, é o ponto de intersecção entre o indivíduo e a espécie, entre o

corpo com a sua anatomia e a população com seus processos biológicos de espécie” (Bazzicalupo, 2017, p. 44).

De acordo com Foucault, “o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie” (2017, pp. 157-158). Considerado, por um lado, como “a chave da individualidade”, tornou-se, por outro, “tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas de moralização ou de responsabilização” (2017, p. 158). Seus efeitos situam-se no nível micro, do corpo, e no macro, da população. A sexualidade, diz-nos também Foucault, encontra-se na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida, “de um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. De outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz” (2017, p. 156).

A sexualidade representa um comportamento corporal que dá origem a expectativas normativas e está aberto a medidas de vigilância e disciplina. Ela é, além disso, importante para os propósitos reprodutivos e, como tal, é parte dos processos biológicos de uma população, os quais são regulados por uma biopolítica. Na maior parte dos casos, como observa Foucault, os mecanismos disciplinares e os mecanismos regulamentadores de poder articulam-se. A sexualidade destaca-se, não obstante, porque, “enquanto comportamento [...] corporal” (2010, p. 211) e, simultaneamente, processo biológico global, “está exatamente na encruzilhada do corpo e da população” (2010, p. 212).

É por não estarem no mesmo nível que “esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar e outro regulamentador” (2010, p. 211), não se excluem, mas, sim, associam-se. A emergência da população como objeto central das estratégias de poder é não somente a chave para o aparecimento da biopolítica, como também para a governamentalização do Estado. O alvo do governo passa a ser “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.” (1998, p. 289).

Essa nova racionalidade de poder que começa a se desenvolver por volta do

século XVI e que, como vimos, volta-se tanto para a disciplinação do indivíduo quanto para a regulação da população, é analisada em um marco teórico mais complexo nos cursos realizados no *Collège de France* entre 1978 e 1979. Em *Sécurité, territoire, population* e em *Naissance de la biopolitique*, Foucault examina a gênese de um conhecimento político na condução dos seres humanos desde a antiguidade, passando pela razão de Estado e pela ciência policial, até desaguar nas teorias liberais e neoliberais. Se, inicialmente, como observa Maria Muhle, “a atenção de Foucault repousa sobre o fato de que o poder pós-soberano é definido por meio de um novo objeto, a vida da população” (Muhle, 2021, p. 302), nos cursos de 78 e 79, ele analisa como se produzem os fenômenos de estatização do biológico e como a gestão da população se torna atribuição do Estado.

Para Antonella Cutro, “o objetivo da reconstrução foucaultiana é duplo, por um lado, mostrar como a naturalidade da população é introduzida na artificialidade de uma relação de poder, por outro, traçar uma genealogia da arte de governar os homens” (Cutro, 2011, p. 13, tradução nossa). Essa genealogia, que Foucault leva a cabo sobretudo em *Sécurité, territoire, population*, exige um alargamento de seu objeto de estudo, que se alcança por meio da noção de governamentalidade, que se refere ao “campo estratégico das relações de poder, no que elas têm de móvel, de transformável, de reversível” (Foucault, 2005, p. 252, tradução nossa).

Ao introduzir o termo governamentalidade, Foucault pôde redirecionar sua análise não apenas para uma genealogia da arte de governar os homens, que ele realiza sobretudo no curso de 1978, como também para a produtividade do poder, *i.e.*, para a natureza positiva da relação entre vida e poder, em que a vida se apresenta como um resultado das estratégias de poder. De acordo com Muhle:

a introdução desse novo nome [governamentalidade] pode ser uma reação a uma talvez muito ‘estreita’ noção de biopolítica que foca sobretudo na relação com seu ‘novo’ objeto (vida) e deixa de lado a positividade dessa relação. [...] É na análise da governamentalidade que as implicações da biopolítica como um

poder positivo e produtivo sobre a vida são completamente desdobradas. (2021, p. 302).

A ideia da biopolítica como um poder positivo e produtivo sobre a vida é explorada por Maria Muhle no artigo “A Genealogy of Biopolitics: the Concept of Life in Canguilhem and Foucault”.³ A autora aponta para a especificidade das técnicas biopolíticas, que se apoiariam em uma relação positiva com a vida. As técnicas biopolíticas, afirma Muhle, “incrementam, protegem e regulam a vida – em síntese, [...] ‘produzem a vida’ e fazem-no infiltrando os processos da vida (em vez de suprimi-los ou submetê-los), de modo a governá-los ou dominá-los a partir seu interior” (2021, p. 301). Muhle sugere que o biopoder *imita* ou *mimetiza* a própria dinâmica da vida, “que produz normas com seu incessante movimento de adaptação” (Bazzicalupo, 2017, p. 63).⁴ A vida, portanto, deveria ser entendida em um duplo sentido: “como o *objeto* das técnicas pós-soberanas de poder e, em sua dimensão dinâmica, como seu *modelo operacional*” (Muhle, 2021, p. 310).

A partir de seu estudo a respeito da noção de vida na obra de Foucault, Muhle elabora uma crítica às análises da biopolítica que se haveriam perdido na oscilação entre uma leitura positiva e produtiva da relação entre política e vida e uma leitura negativa e trágica implícita na própria escrita de Foucault. Segundo a autora, “ao passo que a primeira premia vida com um poder intrínseco que resiste ao biopoder, como propõem Antonio Negri e Michael Hardt, a última, proposta por Giorgio Agamben, radicaliza o aspecto tanatopolítico na noção de ‘vida nua’” (Muhle, 2021, p. 300).

Ao sugerirem uma definição de vida (como vida nua, ou como poder vital), esses

³ Este artigo foi recentemente traduzido para o português e pode ser encontrado no seguinte endereço: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/27359>

⁴ Como observa Muhle, “Normatividade vital [...] não é assimilação, mas permanente desafio ao que está dado. Um ser vivente comporta-se normativamente se ele não simplesmente se adapta a um dado meio ou norma – nesse caso, ele seria patológico –, mas cria suas próprias normas e seu próprio meio. Vida é uma dupla atividade normativa que, por um lado, refere-se, negativamente ou reativamente, às ameaças do meio interno e externo e a seus valores negativos e que, por outro lado, é uma atividade positiva e criativa que produz seu próprio meio e suas normas vitais” (2021, p. 39).

autores se distanciam da formulação foucaultiana, uma vez que o filósofo francês sempre se omitiu de oferecer uma definição como essa. De acordo com Muhle (2021, p. 302), “Foucault opera com uma noção de vida que ele não determina: vida é um correlato de técnicas e estratégias de poder e de saber. Ela carece de qualquer status ontológico e é ela mesma “produzida” pela constelação de poder-saber”. Essa indeterminação do conceito de vida não deve ser considerada como uma carência ou uma omissão no pensamento de Foucault. Trata-se, como destaca a autora, de uma indeterminação intencional que se opõe tanto a uma interpretação da vida como força, que a situa para além dos mecanismos de poder, quanto a uma reformulação ontológica dessa mesma indeterminação, que considera a vida em sua nudez radical.

A hipótese de Muhle acerca de uma relação dinâmica entre vida e poder, em que a vida é ao mesmo tempo objeto e modelo do poder, deriva de sua análise acerca do *modus operandi* da biopolítica. Ela toma a questão da escassez alimentar e da variolização como exemplos do funcionamento de um poder que se apoia na própria dinâmica da vida. As técnicas dos *dispositivos* de segurança corresponderiam a um modelo operacional que se baseia não em negar, mas antes em assimilar a dinâmica do fenômeno vital em sua própria realidade. No caso da variolização, Foucault nota que o objetivo não é realizar uma demarcação entre doentes e não doentes, como era o caso no sistema disciplinar, mas antes considerar em conjunto, sem descontinuidade, doentes e não doentes. As técnicas de variolização voltam-se, portanto, para a população em geral e objetivam avaliar, estatisticamente, como se comporta a doença e quais resultados se deve esperar de epidemias. Como observa Foucault (2008b, p. 78), não se buscava impedir a varíola, pelo contrário, almejava-se provocá-la artificialmente de maneira a prevenir as epidemias.

Em relação ao tratamento da escassez alimentar, Foucault (2008b, pp. 54-55) explica de modo ainda mais evidente que, ao passo que os regulamentos jurídico-disciplinares buscavam impedir o fenômeno da escassez alimentar, a partir de meados do século XVIII, apoiando-se na própria realidade do fenômeno, não mais se almeja impedi-lo, objetiva-se, antes, que ele próprio se anule. Seria um equívoco, portanto,

falar de um poder *da* vida que impõe ou excede o poder *sobre* a vida, porquanto o poder se relaciona com a vida como alvo de suas estratégias e também como modelo de seu funcionamento. A suposição de que não existe um poder externo à vida, bem como de que a vida nunca se dá fora das relações de poder, torna a hipótese de Muhle de que as técnicas de segurança mimetizam a dinâmica vital uma via capaz de cessar a oscilação entre uma leitura positiva e uma leitura trágica da biopolítica.

A distinção entre os dois polos do biopoder bem como essa caracterização da noção de vida no pensamento de Foucault trazem-nos à questão da pandemia atual, que evidencia a sobreposição das racionalidades de poder e reforça a potência semântica de conceitos como os de anatomopolítica e de biopolítica, capazes de elucidar a realidade da pandemia de maneira mais precisa do que as noções tradicionais do pensamento político-filosófico. Ainda que conceitos tradicionais como o de soberania não devam ser abandonados, ainda que possam ser utilizados para pensar o presente, tornaram-se insuficientes para iluminar a realidade contemporânea.

A modalidade soberana de poder pode ser identificada, por exemplo, nos fechamentos de fronteiras, que envolvem a ação do Estado sobre um território, que é o objeto central da ação soberana. Afinal, a despeito de envolver os indivíduos e a população, o fechamento de fronteiras “se exerce nos limites de um território” (Foucault, 2008b, p. 16) e alcança os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito. O interesse de regular o fluxo de pessoas e mercadorias é uma questão de primeira ordem no surgimento dos primeiros burgos, quando o poder soberano se manifesta de modo inequívoco. A caracterização do recente fechamento de fronteiras como uma ação típica de um poder soberano – uma vez que se volta para o território e toma os indivíduos primordialmente como sujeitos de direitos –, não obscurece o fato de que a maior parte das medidas adotadas para contenção da pandemia possam ser avaliadas de maneira mais precisa se consideradas a partir das ferramentas conceituais fornecidas por Foucault.

Em *Surveiller et Punir*, ao analisar um regulamento de final do século XVII acerca das medidas que deveriam ser adotadas em casos de peste, Foucault realça o

caráter disciplinar das ações que visam a combater uma pandemia. A peste, de acordo com o filósofo (2013, p. 284), é mesmo o sonho de governantes que querem imaginar o funcionamento das disciplinas perfeitas, porque a “cidade pestilenta, totalmente atravessada de hierarquia, de vigilância, de olhar, de escrita, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que incide de forma distinta sobre todos os corpos individuais – é a utopia da cidade perfeitamente governada” (Foucault, 2013, p. 284).

Conforme Foucault, relativamente à peste, houve tanto uma ficção literária da festa – “as leis suspensas, as proibições levantadas, [...] os corpos que se misturam sem respeito” (Foucault, 2013, p. 283) –, quanto “um sonho político da peste que era [...] não a festa coletiva, mas as divisões estritas; não as leis violadas, mas a penetração do regulamento até nos pormenores mais ínfimos da vida” (2013, p. 283). Um poder que, como observa Foucault, “prescreve a cada um o seu lugar, a cada um o seu corpo, a cada um a sua doença e a sua morte, [...] que se subdivide de forma regular e ininterrupta até à determinação final do indivíduo, daquilo que o caracteriza, do que lhe pertence, do que lhe acontece” (2013, p. 283).

A pandemia atual também enseja uma atuação mais pervasiva do poder. A configuração contemporânea, entretanto, é distinta daquela retratada por Foucault em *Surveiller et Punir*. O regulamento de final do século XVII analisado por Foucault estabelece um controle bastante estrito para contenção da pandemia. As medidas elencadas referem-se sobretudo à ordem de não sair de casa. As casas são trancadas pelo “síndico” de cada rua, que, em seguida, entrega todas as chaves ao “intendente de quarteirão”, que as devolve apenas ao final da quarentena. O controle, atualmente, exerce-se de diversos modos: a proibição de circular pelas ruas entre determinados horários, o fechamento dos serviços não essenciais, as pistolas de medição de temperatura, os aplicativos que monitoram o trânsito de pessoas infectadas.

Países que foram capazes de adotar medidas de controle mais robustas, voltando-se não apenas para a população em geral, como também para cada indivíduo tiveram maior êxito em conter a disseminação do vírus. A política chinesa de contenção

da pandemia é exemplo de êxito no combate ao vírus por meio de uma atuação pervasiva. Brasil e Estados Unidos, bem como diversos outros países, encontraram maior dificuldade em conter a disseminação do vírus. Nesses países, estabeleceu-se um débil controle sobre a população, que pôde circular com relativa liberdade.

É possível argumentar que a estratégia adotada em países como Brasil e Estados Unidos possui um viés marcadamente biopolítico, uma vez que envolve deixar que o fenômeno se revele, *laissez-passer*; garantir a livre circulação de pessoas tão cara ao pensamento liberal, deixar que a população encontre seu equilíbrio, deixar, portanto, que as pessoas morram, que a média diária de mortos balize as ações a serem tomadas. Se a média diária não for alta a ponto afugentar a população para suas casas, deve-se deixar que o comércio ocorra em relativa liberdade. Os mecanismos de controle estabelecidos nesses países voltam-se sobretudo para a população considerada como corpo coletivo. Dados como média de mortos para cada intervalo de idade, grupos de risco, taxa de mortalidade global são alguns dos dados que orientam a estratégia biopolítica, que não configura um esforço de eliminar o vírus, mas, sim, de deixar que o fenômeno se anule por si próprio. Almeja-se, portanto, alcançar uma taxa de mortalidade constante, uma média que seja incapaz de afetar o bom funcionamento da economia.

O frouxo controle colocado em prática para administrar a pandemia é consequência, entre outras coisas, de uma racionalidade de poder que é consumidora de liberdade, que é congênere do liberalismo. O biopoder desenvolve-se em consonância com o ideário liberal e com as transformações históricas que levaram ao desenvolvimento dessa escola de pensamento. O fluxo de mercadorias não deveria enfrentar os obstáculos oferecidos pelos burgos fechados do medievo, a livre-circulação de mercadorias e pessoas demanda um poder que se volte para os fenômenos globais, capaz de regular a população a partir das transformações no meio, e não um poder que vise a estabelecer um controle absoluto mesmo sobre os pormenores da vida de cada indivíduo.

O surgimento da economia política e da racionalidade biopolítica de poder

passam pela percepção de que, ao manejo da relação recursos-população, não se deve impor regulamentação indefinida, mas, antes, “uma regulação que se faz a partir e em função das próprias coisas” (Foucault, 2008, p. 463). Essa nova razão governamental “consome liberdade, ou seja, é obrigada a produzi-la” (Foucault, 2008, p. 86). Não há, portanto, outro modo de enfrentar a pandemia em um regime biopolítico do que garantindo simultaneamente a liberdade de mercado.

A produção dessa liberdade implica, nada obstante, o estabelecimento de mecanismos de controle e de coerção. A liberdade de mercado implica, neste caso, o trabalho daqueles que não podem ficar em casa. Não se trata, como observa Foucault (2004, pp. 197-198), “de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos”. Como observa Foucault:

[...] o lema do liberalismo é “viver perigosamente”. “Viver perigosamente” significa que os indivíduos são postos perpetuamente em situação de perigo, ou antes, são condicionados a experimentar sua situação, sua vida, seu presente, seu futuro como portador de perigos. E é essa espécie de estímulo ao perigo que vai ser [...] uma das principais implicações do liberalismo. (Foucault, 2004, p. 90).

A pandemia, desse modo, lança luz sobre a hierarquização das vidas. Muitos indivíduos expõem-se ao risco de contaminação por escolha; outros, entretanto, não possuem opção. Além disso, em países como o Brasil, não há garantia de um “espaço econômico” que permita ao indivíduo enfrentar riscos, isto é, não se oferecem condições para que a parcela mais desfavorecida da população possa superar os riscos que agora envolvem, entre outras coisas, a contaminação por um vírus. A discriminação das vidas bem como a alta média diária de mortes refletem o esforço de manutenção das liberdades do mercado. Manter o mercado em funcionamento e a média de mortes em um nível considerado aceitável é o interesse imediato de países em que, diante da

pandemia, adotou-se uma estratégia voltada sobretudo para a manutenção de bons índices econômicos.

No primeiro volume de *Histoire de la sexualité*, Foucault, ao diferenciar o poder soberano do biopoder, diz-nos que “o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (2017, p. 149). Essa formulação, no momento da pandemia, requer um ajuste, uma vez que o poder de “*causar* a vida ou *devolver* à morte” (2017, p. 149) deu lugar a um poder de *causar* a vida ou *induzir* à morte. Morte e vida aparecem, portanto, como horizonte imediato das estratégias de um poder que se depara com importantes dilemas causados pela pandemia.

Um poder que se volta para o incremento da vida, que a protege e regula, que com ela estabelece uma relação positiva – com o objetivo último de garantir o bom funcionamento da economia –, deve escolher entre induzir ao risco ou cercear a liberdade. Países que optaram por induzir ao risco estão enfrentando crises mais agudas, que decorrem da vigorosa disseminação do vírus. Aqueles que, por sua vez, adotaram duras medidas de contenção se recuperam mais rapidamente. A campanha de vacinação que ora se inicia transforma esse cenário porque permite simultaneamente conter o vírus e aumentar a liberdade que deve garantir o desenvolvimento econômico. A vacina, portanto, permite que a racionalidade biopolítica ganhe centralidade nas estratégias de poder, amainando progressivamente a necessidade de medidas de controle individual mais rigorosas.

Em meio à pandemia, destituída de estatuto ontológico, a vida aparece como “correlato de técnicas e estratégias de poder e de saber” (Muhle, 2021, p. 302), como produto das constelações de poder-saber que se transformam incessantemente. Essa vida que está em questão na política contemporânea, na política neoliberal, essa vida que é fruto de um poder disciplinar e de uma biopolítica, é analisada de forma bastante precisa por Byung-Chul Han em *Psicopolítica*. Para Han, as noções de sociedade disciplinar e de biopolítica são inadequadas para descrever o regime neoliberal, porque ambas se associam ao corpo, ao biológico, ao passo que o neoliberalismo “não se

preocupa primariamente com o ‘biológico, o somático, o corporal’. Antes, descobre a psique como força produtiva” (Han, 2018, pp. 39-40).

A hipótese de Han de que as noções de sociedade disciplinar e de biopolítica são inadequadas para pensar o neoliberalismo pode ser considerada imprecisa. Ao julgar que Foucault ignora o psíquico e se concentra apenas no biológico, Han parece ignorar a reflexão de Foucault acerca da noção de *homo œconomicus*. Ainda que Foucault não considere o neoliberalismo como um poder propriamente *psicopolítico*, ele introduz as ideias que seriam posteriormente desenvolvidas por Han. O *homo œconomicus* é apresentado por Foucault como a interface entre governo e indivíduo, como um empresário de si mesmo, um capital humano, que requer investimentos, que pode ser sempre aprimorado, tanto em suas características biológicas quanto naquelas que são adquiridas socialmente. Para Foucault (2008, p. 311), o neoliberalismo substitui o *homo œconomicus* parceiro da troca, símbolo do liberalismo, por um *homo œeconomicus* empreendedor de si mesmo, que é seu próprio capital, que é para si mesmo seu produto, para si mesmo sua fonte de renda. Foucault, portanto, refere-se diretamente ao pensamento que serve de leitmotiv para a reflexão de Han acerca da contemporaneidade.

A vida que está em jogo na pandemia é mensurável e se enquadra na lógica do mercado. Os comportamentos são considerados “em termos de empreendimento individual, de empreendimento de si mesmo” (Foucault, 2008, p. 317). Como observa Han, “as pessoas são controladas pela técnica de dominação neoliberal que visa a explorar não apenas a jornada de trabalho, mas a pessoa por completo, a atenção total, e até a própria vida. O *ser humano* é descoberto e tornado objeto de exploração” (2018, p. 45). O neoliberalismo, como Maurizio Lazzarato aponta, amplia lógica da empresa, tornando-a “um instrumento para analisar, medir, apropriar-se de toda relação social, inclusive a relação consigo mesmo ou ainda a relação que a mãe entretém com seu bebê” (2017, p. 103)

A lógica neoliberal impõe-se de maneira ainda mais evidente em razão da pandemia, que propicia uma atuação mais vigorosa do poder. Mesmo quando em suas

casas, os indivíduos confrontam-se com a necessidade de produzir cada vez mais e de forma mais eficiente. Empenham-se, em seus lares, não apenas em produzir, mas também em gerar conteúdo. Tudo pode ser filmado, fotografado e editado, tudo poder ser transformado em conteúdo. A própria vida se transforma, especialmente a vida eficiente e produtiva: “o sujeito do regime neoliberal perece com o imperativo da otimização de si, ou seja, ele morre da obrigação de produzir cada vez mais desempenho” (Han, 2018, p. 48). De acordo com Han,

O trabalho interminável no eu se assemelha à introspecção e ao exame de si protestantes, que, por sua vez, representam uma técnica de subjetivação e dominação. Em vez do pecado, procura-se por pensamentos negativos. O eu luta uma vez mais contra si mesmo como se lutasse contra um inimigo. Os pregadores evangélicos de hoje atuam como gerentes e treinadores motivacionais, que pregam o novo evangelho do desempenho e da otimização infinitos. (2018, pp. 46-47).

O sentido da biopolítica, como observa Laura Bazzicalupo, “não é aquele tanatológico da exclusão, mas o inclusivo: o nexa que aproxima indivíduos desordenados e desviantes, reconduzindo-os ao processo produtivo, formativo” (Bazzicalupo, 2017, p. 64). Ao explorar a si mesmo, o indivíduo acredita ser livre, e essa ideia de liberdade sugere que devo explorar todo meu potencial, que devo otimizar os processos mentais. O corpo, progressivamente excluído do processo imediato de produção, torna-se objeto de aperfeiçoamento estético ou técnico-sanitário (Han, 2017). As vidas confinadas – expostas nas telas dos celulares, enredadas pelos mecanismos de controle de um poder positivo, que se apresenta como liberdade –, notam a atuação do poder no *lockdown*, no fechamento de fronteiras, nas medidas restritivas, mas o ignoram em suas rotinas, em seus objetivos, em sua vontade de aperfeiçoar-se sempre mais, física e mentalmente.

Como explica Muhle (2021), essa vida não é mero *objeto* das técnicas biopolíticas, figura também como modelo de funcionamento dessa racionalidade de

poder.⁵ A polaridade entre uma dinâmica autopreservadora e uma dinâmica autotransgressora é comum à vida e à sociedade. A biopolítica é o esforço de regular a população em direção ao equilíbrio e de limitar a dinâmica autotransgressora, a dinâmica normativa, ao normal. Como explica Muhle:

A operação governamental do biopoder consiste em reduzir o potencial normativo da vida ao seu equilíbrio normal a partir do momento em que essa dinâmica-normativa potencial tende a transgredir os limites admissíveis para o bom funcionamento do governo, ou, para seguir com a metáfora biológica, quando a força criativa da vida e sua tendência à autotransgressão tendem a exceder as tendências autorreguladora e autoconservadora (homeostática). (Muhle, 2021, p. 320).

A valiosa hipótese de Muhle de que a polaridade entre as dinâmicas autotransgressora e autopreservadora da vida reflete-se no funcionamento do biopoder – de que “o *dispositivo* de segurança abarca tanto o aspecto autopreservador dos processos vitais quanto o aspecto transgressivo e os inscreve incessantemente, por meio da interação com o meio, nos esforços biopolíticos de constituição de uma população ‘boa’” (Muhle, 2021, p. 317) –, remete à noção de imunidade formulada por Esposito. Para Esposito (2015), um dos grandes riscos de nossa sociedade repousa na excessiva demanda por proteção, que em alguns casos tende a produzir uma impressão geral de perigo, real ou imaginário, com o único propósito de estabelecer mecanismos de defesa cada vez mais fortes (De Conti, 2020).

A dinâmica autopreservadora vem à tona de maneira bastante radical na crise que vivemos. O risco de contaminação leva ao estabelecimento de mecanismos de defesa robustos. As fronteiras são fechadas e a rejeição ao outro se torna quase uma

⁵ Foucault “pensa a vida como um devir que expressa a própria normatividade, adaptando-se – através de erros, desvios, criações – ao contexto em que se encontra. A vida é sempre *normata* – nesse sentido, a vida é sempre um *discurso sobre a vida* com efeitos de poder – mas é também poder autonormativo” (Bazzicalupo, 2017, p. 62).

obrigação. Simultaneamente a essa intensificação dos mecanismos de defesa, a essa ativação do princípio imunitário, a pandemia ocasiona a manifestação do princípio comunitário, praticado, por exemplo, “por profissionais de saúde [...] que arriscam suas vidas para salvar outras vidas” (Esposito, 2020). Para Esposito (2020), é preciso reativar o princípio comunitário assim que a situação o permitir. A “dinâmica autotransgressora” precisa ganhar ímpeto para que se realize o poder criativo e a vida não seja apenas adaptação às variáveis do meio.

Referências bibliográficas

- Bazzicalupo, Laura (2017). *Biopolítica: um mapa conceitual*. Editora Unisinos.
- Castro, Edgardo (2011). *Lecturas Foucaulteanas: una historia conceptual de la biopolítica*. UNIPE: Editorial Universitaria.
- Cutro, Antonella (org.) (2005). *Biopolitica: storia e attualità di un concetto*. Ombre Corte.
- De Conti, Davi Maranhão (2020). Vida e poder – reflexões acerca da pandemia atual. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, 11 (44), pp. 1-8. DOI: 10.5902/2179378643981
- Esposito, Roberto (2015). Community, Immunity, Biopolitics. In Brid, G; Short, J. (eds.). *Community, Immunity and the proper*. (Michela Russo, Trad.). Routledge.
- Esposito, Roberto (2020). Imunidade(s) na era do coronavírus. *Literatura italiana traduzida no Brasil*. Disponível em: <https://literatura-italiana.blogspot.com/2020/04/imunidades-%20na-era-do-coronavirus.html>
- Foucault, Michel (2010). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. (Maria Ermantina Galvão, Trad.). WMF Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2017). *História da Sexualidade: a vontade de saber*. (Maria Thereza da Costa, Trad.). Paz & Terra.
- Foucault, Michel (1998). *Microfísica do Poder*. (Roberto Machado, Trad.). Graal.

- Foucault, Michel (2004). *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. (Eduardo Brandão, Trad.). Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2006). *O poder psiquiátrico*. (Eduardo Brandão, Trad.). Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2008). *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. (Eduardo Brandão, Trad.). Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2005). *The Hermeneutics of the Subject. Lectures at the Collège de France 1981-1982*. Palgrave macmillan.
- Foucault, Michel (2013). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. (Graham Burchell, Trad.). Edições70.
- Han, Byung Chul (2018). *Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder* [Psicopolítica: el liberalismo y las nuevas técnicas de poder] (Mauricio Liesen, Trad.) Editora Âyiné.
- Lazzarato, Maurizio (2017). *O governo do Homem Endividado*. (Daniel P.P. da Costa, Trad.). N-1 edições.
- Lemke, Thomas (2011). *Biopolitics: an advanced introduction*. New York University Press.
- Muhle, Maria (2021). Uma Genealogia da Biopolítica: o conceito de vida em Canguilhem e Foucault. *Revista de Filosofia Aurora*, 33 (58), pp. 299-323. <http://doi.org/10.7213/1980-5934.33.058.TRAD01>
- Revel, Judith (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. (Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani, Trad.). Claraluz.
- Taylor, Dianna (2018). Biopoder. In: Taylor, D. *Michel Foucault: Conceitos fundamentais*. Editora Vozes.